

A formação do habitus económico*

Pierre Bourdieu

Resumo:

Durante a guerra de libertação nacional, a Argélia fornecia uma situação quase laboratorial para analisar o desfasamento entre as disposições económicas formadas numa economia pré-capitalista, imersa em relações de honra grupal, e o cosmos económico importado e imposto pela colonização. A observação etnográfica deste desfasamento revelou que em vez de serem naturais ou dados, os comportamentos económicos mais elementares (trabalho assalariado, poupança, crédito, controle de nascimentos, etc.) têm condições económicas e sociais de possibilidade definidas que quer a teoria económica quer a "nova sociologia económica" ignoram. Adquirir o espírito de cálculo exigido pela moderna economia envolve uma verdadeira conversão através da recusa das crenças incorporadas que subjazem à troca na sociedade Cabila tradicional. A 'economia espontânea' de um cozinheiro de Argel permite-nos captar o sentido prático económico que orienta a classe operária argelina emergente no limiar da independência do País.

Palavras-chave: Argélia, economia, troca, habitus, camponeses, racionalidade, trabalhadores

Assisti, nos anos sessenta, na Argélia, ao que, retrospectivamente, se me depara como uma verdadeira experimentação social. Este país, no qual certas populações de montanha retraídas e isoladas, como as que pude estudar na

* O presente texto foi originalmente publicado, com o título "Making the economic habitus: Algerian workers revisited", na revista *Ethnography*, volume 1, número 1, de Julho de 2000, páginas 17 a 41. A tradução para português tomou como referência uma segunda versão com ligeiras alterações introduzidas por Pierre Bourdieu antes da respectiva publicação em francês na revista *Actes de la recherche en sciences sociales*, número 150, de Dezembro de 2003, com o título «La fabrique de l'habitus économique». No entanto, algumas soluções de tradução do texto tiveram em conta as opções adoptadas pelos tradutores (Richard Nice e Loïc Wacquant) da versão em inglês publicada na *Ethnography*. Esta foi seguida, por outro lado, no resumo que agora se apresenta. A revista *Sociologia* agradece vivamente a Jérôme Bourdieu a autorização para a publicação em português deste importante texto de Pierre Bourdieu.

Cabilia, tinham conseguido conservar, praticamente intactas, as tradições de uma economia pré-capitalista completamente estranha à lógica do mercado, conheceu, com a guerra de libertação, e com algumas das medidas da política militar de repressão, tais como os reagrupamentos de população operados pelo exército francês, uma espécie de aceleração histórica que fez coexistirem (ou telescoparem-se), sob o olhar do observador, duas formas, normalmente separadas por um intervalo de vários séculos, de sistema económico com exigências contraditórias¹.

Gostaria de evocar aqui brevemente, sem voltar ao pormenor das análises já publicadas e dando prioridade a informações inéditas, conservadas nos meus cadernos de terreno, o que me foi dado perceber com grande clareza nesta espécie de situação de laboratório: a discordância entre disposições económicas formadas numa economia pré-capitalista e o cosmos económico importado e imposto, por vezes da maneira mais brutal, pela colonização, obrigava a descobrir que o acesso aos comportamentos económicos mais elementares (trabalho assalariado, poupança, crédito, regulação dos nascimentos, etc.) de nenhum modo surge por si mesmo e que o agente económico dito "racional" é o produto de condições históricas inteiramente particulares. É precisamente isso que é ignorado, quer pela teoria económica, que regista e ratifica sob a designação de "teoria da acção racional" um caso particular de habitus económico historicamente situado e datado sem minimamente se interrogar sobre as condições económicas e sociais (de tal forma isso surge como evidente), quer pela "nova sociologia económica"² que, ao não dispor de uma verdadeira teoria do agente económico, retoma por defeito a Rational

¹ Os lugares, condições e objectivos das investigações sobre as quais este artigo se debruça estão especificadas em pormenor em dois livros surgidos simultaneamente no início dos anos sessenta: *Travail et travailleurs en Algérie* (Pierre Bourdieu, avec Alain Darbel, Jean-Pierre Rivet et Claude Seibel, Paris-La Haye, Mouton, 1963), sobre a transformação das disposições económicas e das estruturas sociais que acompanharam a difusão da emigração, da urbanização e do trabalho assalariado através da Argélia e *Le déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie* (Pierre Bourdieu et Abdelmalek Sayad, Paris, Minuit, 1964), sobre as perturbações da sociedade rural, principalmente na Cabilia, resultante da colonização e sobretudo da política de deslocação forçada, dita de "reagrupamento", pela qual o exército francês procurou destruir as bases sociais da ala armada do movimento nacionalista. Os principais resultados desta investigação estão recapitulados de maneira sucinta no primeiro capítulo de *Algérie 60* (P. Bourdieu, Paris, Minuit, 1977), "Le désenchantement du monde".

² Para uma amostra representativa desta corrente da sociologia norte-americana, que provém da reapropriação de Polanyi e de Weber e do desenvolvimento da análise de redes visando romper com uma concepção atomizada dos agentes económicos, ver Richard Swedberg (ed.), *Explorations in Economic Sociology*, New York, Russell Sage Foundation, 1993; e Mark Granovetter, "The Old and the New Economic Sociology: a History and an Agenda", in Roger

Action Theory e omite a historicização das disposições que, tal como o campo económico, têm uma génese social. Foi, sem dúvida, porque me vi colocado numa situação em que podia observar de visu a perturbação ou a angústia de agentes económicos desprovidos das disposições tácitas exigidas por uma ordem económica para nós inteiramente familiar, onde, sendo uma estrutura incorporada, e portanto naturalizada, elas surgem como *allant de soi*, naturais, e universais, que pude ter a ideia de analisar estatisticamente as condições de ocorrência destas disposições historicamente constituídas.

Algumas propriedades da economia pré-capitalista

Todas as grandes propriedades das práticas económicas pré-capitalistas podem ser relacionadas com o facto de os comportamentos que nós consideramos como económicos não serem autonomizados e constituídos como tais, isto é, como dizendo respeito a uma ordem específica, regida por leis irreduzíveis às que regem as relações sociais correntes, nomeadamente entre parentes.

Na sociedade cabila do fim da era colonial, as trocas entre parentes ou entre vizinhos obedecem à lógica do dom e do contra-dom. As pessoas respeitáveis não vendem leite ("Queres crer que ele vendeu leite?!"), nem manteiga ou queijo, nem ainda legumes ou fruta, mas faz-se de maneira a que "os vizinhos deles possam aproveitar"... O moleiro que tem um excedente de farinha não admitiria vender um produto que, como a farinha, é a base da alimentação. A lógica da troca de dons combina-se com a lógica mítico-ritual para impedir que se entregue um utensílio vazio: o que se entrega chama-se *el fel*, ou seja, "o que traz felicidade", como o que se dá ao pedreiro, ovos ou galinhas, quando vai trabalhar fora da aldeia. O mesmo para os serviços, regidos por regras estritas de reciprocidade e gratuidade; e ainda para os empréstimos. Assim, a *charka* do boi (pela qual um camponês empresta um boi durante um período determinado contra umas tantas medidas de semente) não pode estabelecer-se a não ser entre quase-estranhos (ou seja, em caso de falta

Friedland e A. F. Robertson (eds.), *Beyond the Marketplace*, New York, Aldine De Gruyter, 1990, p. 89-112; "Economic Institutions as Social Constructions: a Framework for Analysis", *Acta Sociologica*, 35-1, 1993, p. 3-12. Para uma abordagem visando reinscrever a sociologia económica na "teoria da escolha racional" estritamente definida que revela a filosofia da acção utilitarista e individualista que lhes é comum, pode ler-se James Coleman, "A Rational Choice Perspective on Economic Sociology", in Neil J. Smelser e Richard Swedberg (eds.), *The Handbook of Economic Sociology*, New York, Russell Sage Foundation, 1994, p. 166-180. Para o contraste com a mesma problemática colocada em termos etnológicos, ver Stuart Plattner (ed.), *Economic Anthropology*, Stanford, Stanford University Press, 1989.

de apoio dos mais próximos) e é envolvida por toda a espécie de simulações e eufemizações destinadas a mascarar ou recalcar as respectivas potencialidades mercantis: na maior parte das vezes, os dois "outorgantes" preferem escondê-la por comum acordo, procurando aquele que pede emprestado dissimular a sua penúria e fazer crer que o boi é propriedade sua, prestando-se aquele que empresta ao jogo já que o melhor é manter escondida uma transacção que não é estritamente conforme ao sentimento de equidade, nunca podendo o capital ser percebido e tratado como tal. Tudo se passa como se a transacção se reduzisse cada vez mais à sua "verdade" económica à medida que a relação entre os agentes envolvidos na troca se torna mais afastada, logo mais neutra e impessoal, decrescendo então continuamente, nestas relações estruturalmente ambíguas, o peso relativo da generosidade e do sentimento de equidade em benefício do interesse e do cálculo³.

As relações reduzidas à sua dimensão puramente "económica" são concebidas como relações de guerra, que só entre estranhos podem ser accionadas. O lugar por excelência da guerra económica é o mercado, menos o mercado da aldeia ou da tribo, onde se encontram ainda familiares, do que os grandes mercados das pequenas cidades afastadas (Bordj bou Arreridj, Akbou ou Maison-Carrée, segundo os informadores), em que o confronto se faz com desconhecidos, e com o mais temido de todos, o negociante de gado, e em que se está exposto, ao mesmo tempo, a todas as manhas e fraudes da guerra sem piedade. Podem retirar-se dos inúmeros relatos sobre os infortúnios do mercado algumas regras de prudência: quando o objecto da transacção é bem conhecido, sem equívocos, como uma terra, uma relação de troca anónima é possível e a escolha incide prioritariamente, quando não de modo exclusivo, sobre a coisa comprada; quando é mal conhecida, equívoca e pode dar lugar a falcatruas (como um macho que pode revelar-se teimoso ou um boi que pode ser engordado "artificialmente" ou dar cornadas), a escolha incide prioritariamente no vendedor, e, em qualquer caso, há um esforço para substituir uma relação pessoal por uma relação impessoal e anónima, tomando toda a espécie de garantias e mobilizando "fiadores" e testemunhas, que de algum modo visam envolver a relação do comprador e do vendedor numa rede de intermediários⁴.

³ Mostrei noutro lugar que uma repressão do interesse estritamente "económico" semelhante a esta tende a governar o campo da produção artística à medida que se processa a sua constituição histórica (P. Bourdieu, *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*, Paris, Seuil, 1992).

⁴ Para uma análise convergente a partir do ponto de vista da teoria da informação, ver a dissecação do funcionamento do bazar de Sefrou em Marrocos operada por Clifford Geertz ("The

As estratégias de honra que regem as trocas habituais (*ordinaires*) não estão totalmente ausentes das trocas extra-ordinárias do mercado: assim, tal como se faz na altura dos casamentos, o vendedor, após as trocas verbais que se concluem com a fixação do preço, entrega ostensivamente ao comprador uma parte relativamente importante do montante "para ele comprar carne para as crianças". E contam-se numerosos casos de compras de terras determinadas pela preocupação de proteger um parente ou uma parente contra a privação da posse em benefício de um estranho ou, noutra lógica, para afirmar o ponto de honra de um grupo em face de um grupo rival. Em suma, a lógica do mercado, isto é, da guerra, nunca é verdadeiramente aceite e reconhecida enquanto tal e aqueles que se lhe acomodam, o negociante de gado, o colector de direitos do mercado ou o usurário, são votados ao desprezo⁵.

Um breve parêntese sobre as relações entre os camponeses e os artesãos, designadamente os ferreiros e os moleiros, e sobre as suas transformações, correlativas da aparição de verdadeiros ofícios de comércio, permitirá verificar que a lógica propriamente económica não é independente da lógica das relações sociais nas quais está imersa, ou "embedded", para usar a terminologia de Polanyi⁶.

Assim, na Cabilia dos anos 1950, o trabalho dos ferreiros era objecto de uma transacção não monetária regulada a maior parte das vezes pelo direito consuetudinário, devendo o ferreiro da aldeia assegurar a cada camponês as reparações necessárias à manutenção do seu material em troca de um adiantamento anual de uma parte da colheita proporcional ao número de parelhas de bois possuídas. O caso dos moinhos de água de Aghbala, que estudei com Abdelmalek Sayad, permite captar a interpenetração das relações sociais e das relações económicas: pelo facto de, diferentemente dos ferreiros, muito fortemente estigmatizados, os moleiros não serem excluídos da comunidade, ainda que se contassem entre os mais deserdados, cada moinho fixava, pelo jogo das trocas de serviços e pelo entrecruzar de relações e de alianças, uma clientela estável, tratada com atenções especiais, um pouco como hóspedes, e cobrava uma parte (um décimo) dos cereais tratados em troca do serviço prestado.

Bazaar Economy: Information and Search in Peasant Marketing", *American Economic Review*, 68, mai 1968, p. 28-32). Um mesmo mecanismo de redução da incerteza envolvendo a troca económica é descrito por Charles W. Smith na sua etnografia das vendas em leilão (*Auctions: The Social Construction of Value*, Berkeley, University of California Press, 1990).

⁵ Encontrar-se-á uma análise similar dos factores que impedem que a terra se torne pura mercadoria nos campos do Béarn (que, na altura, me permitiu decifrar melhor a lógica da economia camponesa argelina) em "Célibat et condition paysanne" (*Études rurales*, 5-6, avril 1963, p. 32-136, retomado in *Le bal des célibataires*, Paris, Seuil, coll. "Points", 2002).

⁶ Nota da tradução: a referência a Polanyi não surge na versão francesa.

Com o declínio da agricultura ligado à introdução de novas actividades (artesanato, comércio, etc.) e ao surgimento de recursos não agrícolas ligados à emigração⁷, o recurso aos moinhos de água tradicionais regride (o aprovisionamento é feito directamente em sémula em vez de se mandar moer o cereal cultivado) e o moinho a motor toma o seu lugar, arruinando, como que por magia, todo o sistema das convenções que regia o jogo da solidariedade colectiva no caso da moagem tradicional.

Assim, por exemplo, fazia parte da tradição tratar gratuita e prioritariamente qualquer carga de cereais que não tivesse sido transportada em animal; não podia tratar-se senão da pequena reserva de um pobre, proveniente da respiga, dos dons da Aïd, da dízima por conta das colheitas, da ajuda de um parente mais rico ou ainda da mendicidade junto das áreas a bater, quantidade em todo o caso demasiado reduzida para poder ser amputada de mais um décimo e esperada com demasiada impaciência para que se pudesse adiar a transformação. Através do moinho a motor, adquirido a maior parte das vezes à custa de economias (em vez de ser simplesmente um bem de uso herdado), e encarado e tratado como um simples meio de produção (no sentido da economia), introduz-se a lógica do investimento e do cálculo de custos e proveitos, em substituição das satisfações da realização autárquica que o facto de moer o seu próprio grão podia conferir ao camponês proprietário da totalidade ou parte de um moinho: um velho *fellah*⁸ recorda-se de ter utilizado o moinho de que possui três quartos durante trinta e cinco dias seguidos, ou seja durante um quarto do período de actividade; o utilizador do moinho mecânico, por mais pobre que seja, fica convertido em cliente e o moleiro comporta-se em relação a ele como comerciante preocupado com a recuperação do seu investimento.

Esta transformação das actividades "artesanais" - subordinadas sempre, até então, à actividade agrícola e o mais das vezes exercidas por categorias estigmatizadas, como os Negros, ou pelos mais pobres, a título de complemento do *khammessat* (forma tradicional de arrendamento ao quinto) ou do arrendamento a meias - em actividades plenas, em verdadeiros "ofícios", tem o seu equivalente na ordem do comércio, que outrora não podia ser senão uma actividade complementar, associada à agricultura (ter-se-ia considerado "preguiçoso" todo aquele que permanecesse "sentado numa cadeira", "dias inteiros", "à sombra"). Assim, fazia-se por não abrir a loja a não ser de manhã,

⁷ P. Bourdieu e A. Sayad, *Le Déracinement*, op. cit..

⁸ Nota da tradução: Fellah termo árabe para camponês.

antes da partida para os campos, e à tarde no regresso do trabalho, na altura do bom tempo. O local reservado ao comércio fazia parte da residência e os familiares (ou, quando não se tinha direito a tal intimidade, a velha da casa) não hesitavam em chamar ou em entrar na casa para lhes ser servido um pacote de café ou açúcar (quer pelo dono da casa, quer por uma das mulheres, quer por um dos rapazes preparados para esse efeito).

Tudo acaba por mudar quando, nos anos 1960, surge o comerciante a tempo inteiro que já não quer exercer o ofício de camponês, deixando as suas terras, quando as tem, ao filho, ao irmão ou a um *khammès*. Presente em permanência na loja, desde então distinta da casa, durante períodos de abertura bem definidos, muitas vezes vestido de forma diferente de *fellah*, ele tem o sentimento de fazer qualquer coisa montando loja (e não de perder tempo), mesmo quando, nos reagrupamentos, produtos da falsa urbanização operada pelo exército, a sua actividade é na verdade muito reduzida (com a loja a transformar-se de facto em lugar de reunião onde se vai para cavaquear sem consumir). Esta "ascensão" dos comerciantes é, para os velhos camponeses ligados à economia da boa fé (*niya*), um dos signos do desmoronar do mundo antigo, como explica um informante do reagrupamento de Aïn Aghbel.

«Agora, até os talhantes fazem troça dos agricultores. Basta-lhes ter uma loja, uma camisa especial para o trabalho, mudarem de roupa, terem empregados que esfolam (os animais), que limpam, que vendem nos mercados, para deixarem de ser talhantes [ofício tradicionalmente desprezado, como o de ferreiro] e tornarem-se "ricos". Tornou-se um "métier" [em francês]. Hoje, é tudo "métier". O que se pergunta é "qual é o teu "métier"? E cada um trata de arranjar um "métier". E é quem mais, por ter armazenado três caixas de açúcar e dois pacotes de café num sítio, já se diz comerciante; e que, por saber pregar quatro tábuas já se acha carpinteiro; e já nem se contam os motoristas, mesmo não havendo automóveis, basta terem a carta no bolso. Dará isto para comer? Foi um pouco o exército (francês) que fez isto, que deu um métier às pessoas [...]. A princípio, foi a auto-defesa, foi o primeiro métier [...]. Houve a seguir os harkis, os goumiers, os moukhazni, os sardjan [sargento], kabran (cabo), para não falar do presidente de câmara (el mir) e seus conselheiros (iqounsayan-is). Depois disto, basta que o tenente saiba que este ou aquele sabe fazer isto ou aquilo, para o indicar como tendo um métier, pouco a pouco toda a gente acabou por esquecer que há o trabalho da terra que se está a descuidar. No recenseamento, ouvi o Mohand L. protestar porque o puseram como agricultor, enquanto para todos os outros inscritos arranjaram um verdadeiro métier. "Você despreza-me; para os verdadeiros

agricultores, arranjou um métier, já para mim, porque não sou dono de uma jeira (thamtirth), faz de mim um fellah. Temos então agricultores, da terra, que lhes chega até à porta, e no entanto um é motorista, outro comerciante. Já nem falo de Hocine M., que, esse, é elkhodja gel biro (khodja no escritório). Também eu tenho um métier!"»

E continua a contar como este personagem se tornou de repente comerciante de gado (*tadjar*) e intermediário e como, ganhando à comissão, consegue vender madeira ou fornecer a aldeia de palha ou outro bem qualquer:

«Há também o trabalho em França que nos valeu soldados, estofadores, trabalhadores de máquinas. A mina deu picadores, entivadores, cofradores. Só faltam os engenheiros. Toda essa gente deixou de trabalhar há muito, mas mantêm o métier, principalmente se no bilhete de identidade estiver o métier; é a prova irrefutável. Para os que não têm métier, resta a possibilidade de serem antriti [reformados, na reforma] ou anfaliditi [com invalidez].»

As condições económicas do acesso às práticas económicas

Este longo e colorido monólogo evoca desordenadamente alguns dos factores, tais como a emigração ou a actividade classificatória do exército francês, grande fomentador de falsas actividades, que, com a generalização das trocas monetárias e a introdução de inovações técnicas, introduziram, até no mundo rural, a lógica da economia monetária e do cálculo económico dito racional. Conduzir em meio rural o estudo das transformações das práticas económicas permite ver melhor, e mais completamente, o que elas põem em jogo, isto é, todo um estilo de vida ou, melhor, todo um sistema de crenças. De tal forma que, para as descrever, importa falar, não em adaptação, mas em conversão⁹.

Para fazer entender a leitores - que, como os nossos economistas e sociólogos da economia, se sentem na economia dita racional como peixes na água - que a palavra conversão não é demasiado forte, e para provocar neles a conversão de espírito que é necessária para romper com o universo de pressupostos profundamente incorporados que nos levam a considerar como evidentes, naturais e necessários, portanto racionais, os comportamentos em uso no nosso

⁹ Na ausência de uma tal conversão, é o conjunto das estratégias de reprodução que se encontra travado e ao limite bloqueado, e a reconversão torna-se impossível, levando o grupo à desmoralização, ou mesmo à extinção, como bem se pode ver no caso do campesinato francês (cf. Sylvain Maresca, *Les Dirigeants paysans*, Paris, Minuit, 1983).

mundo económico, seria necessário que aqui pudesse evocar a longa série de experiências tantas vezes ínfimas que me permitiram apreender (*éprouver*) de maneira sensível e concreta o carácter contingente e arbitrário desses comportamentos correntes, marcados com a marca do natural, que realizamos todos os dias na rotina das nossas práticas económicas. Como, por exemplo, o facto de se receber troco numa loja, em vez de chegar a casa do "comerciante", como na Cabília, levando na mão o montante minuciosamente contado correspondente exactamente ao preço do objecto que se vem comprar.

Ainda me lembro de ter ficado durante muitas horas a fazer perguntas a um camponês cabila que tentava explicar-me uma forma tradicional de empréstimo de gado, só por não me ter ocorrido que aquele que empresta pudesse, contra toda a racionalidade "económica", sentir-se devedor do que pediu emprestado, com o fundamento de que este último assegurava o sustento do animal que, em qualquer caso, teria de ser alimentado. Lembro-me também da quantidade de observações fortuitas e de constatações estatísticas que tive de acumular antes de compreender a filosofia implícita sobre o trabalho, fundada na equivalência entre trabalho e remuneração em dinheiro, que mobilizava na minha interpretação espontânea sobre este mundo e que me impedia de compreender completamente certos comportamentos ou certas reacções de espanto dos meus informantes (como a do velho Cabila descobrindo a proliferação dos "ofícios" atrás citados): o comportamento, considerado altamente escandaloso, do pedreiro que, ao voltar de uma longa estadia em França, pediu que se acrescentasse ao seu salário um valor correspondente ao preço da refeição oferecida no fim dos trabalhos na qual, com inaudita falta de cortesia, tinha recusado participar; ou o facto de que, para um número de horas ou de dias de trabalho objectivamente idênticos, os camponeses das regiões do sul da Argélia, menos afectados pela emigração (e pela política de enquadramento do exército), se dissessem mais frequentemente ocupados, como camponeses, do que os Cabilas, mais inclinados a atribuírem a si próprios um "métier" ou a considerarem-se desempregados. Tinha esta filosofia de tal modo assumida que não me apercebia que ela me dissimulava o trabalho de invenção e de conversão que aqueles que eu observava tinham de efectuar para se libertarem de uma visão, para mim muito difícil de conceber, de actividade como *ocupação social socialmente reconhecida*, independente de qualquer sanção material, e podendo, no limite, reduzir-se à concretização da função própria de homem, que não está a perder o seu tempo, quando fala com outros homens na assembleia ou quando distribui trabalho aos membros do agregado doméstico.

Do mesmo modo que tinha de me impregnar suficientemente da lógica do sistema mítico-ritual cabila para ser capaz de cometer deliberadamente certos "barbarismos" nas perguntas que lhes fazia (fazendo intervir, por exemplo, um objecto fabricado com fogo, um pente para cardar lã, num ritual onde se estava à espera de um objecto feminino, como a água ou a lã) a fim de suscitar o desmentido ou o riso dos meus informadores, mais capazes, como nós, em matéria de língua, de assinalar erros do que de enunciar regras (o que é próprio de linguistas e não de simples falantes) –, também, por outro lado, embora com mais dificuldades, já que nada me levava a pensar a economia, e a minha sobretudo, como um sistema de crenças, fui obrigado a apreender pouco a pouco, através de observações etnográficas corroboradas pela análise estatística, a lógica prática da economia pré-capitalista, ao mesmo tempo que tentava, dentro do possível, restituir a respectiva gramática.

Foi sem dúvida a familiaridade quase indígena com a lógica prática da economia pré-capitalista que adquiri através da pesquisa etnográfica e que tinha "despertado", por uma espécie de anamnese¹⁰ metodicamente provocada, recordações profundamente enterradas do meu passado camponês (também eu fui mandado, mais do que uma vez, com o dinheiro rigorosamente contado na mão, ao merceiro, que tinha de se chamar gritando «houhou» à entrada da casa) que me permitiu perceber tudo o que podia ter de historicamente extra-ordinário, na sua aparente banalidade, a história, relatada pelos jornais de 29 de Outubro de 1959, das crianças de Lowestoft, na Inglaterra, que tinham criado uma sociedade de seguros contra castigos, prevendo que, para um açoite, o segurado receberia quatro xelins mas que, perante certos abusos, tinham acabado por estabelecer uma cláusula suplementar segundo a qual a sociedade não era responsável por acidentes voluntários.

Foi também esta compreensão prática de uma economia das práticas económicas tornada perfeitamente exótica que me permitiu descobrir e com-

¹⁰ A mesma anamnese pode ser desencadeada pela reapropriação histórica das crenças e das práticas económicas apagadas pela história económica, i.e. a transmutação de disposições e representações colectivas tornadas literalmente impensáveis por nós, tal como a que é provocada pela revolução simbólica (no domínio da religião, da estatística, da família e da empresa) que "colocou a morte no mercado" e tornou possível a invenção da indústria dos seguros de vida no fim do século XIX na América (Viviane Zelizer, *Morals and markets: The Development of Life Insurance in the United States*, New York, Columbia University Press, 1979). Ela pode igualmente ser fomentada por essa espécie de involução económica brutal que torna repentinamente obsoleto o habitus económico formalmente racional de um antigo cosmos económico ordenado, tal como é analisado por Buroway no caso da Rússia pós-comunista (Michael Buroway, Pavel Krotov e Tatyana Lytkina, "Involution and destitution in Postcommunist Russia", *Ethnography*, 1-1, Verão 2000, p. 43-66).

preender que, como lembra Bergson, "são precisos séculos de cultura para produzir um utilitarista como Stuart Mill" ou, dito de outra forma, que tudo o que a ciência económica toma como um dado, isto é, o conjunto das disposições do agente económico que criam a ilusão da universalidade a-histórica das categorias e dos conceitos utilizados por esta ciência, é na verdade o produto de uma longa história colectiva, e tem de ser adquirido no decurso da história individual, em e por um trabalho de conversão que não pode ser bem sucedido senão em determinadas condições. Com este "utilitarista" assim restituído ao seu exotismo, quis, depois de tantos outros como Weber¹¹, Sombart¹² ou Tawney¹³, que lia com entusiasmo, contribuir para compreender como ele foi inventado pouco a pouco, ao longo da história, impondo-me como projecto explícito observar os processos de aquisição de todas estas disposições postas ao alcance dos pequenos estudantes "espontaneamente" stuartmillianos, como o cálculo de custos e proveitos, o empréstimo com juros, a poupança, o crédito, o investimento ou até o trabalho; e, além disso, estabelecer com rigor, através da estatística, as condições económicas e culturais do acesso ao comportamento económico dito racional.

O princípio de todas as inversões da visão do mundo não é outra coisa senão a aquisição do espírito de cálculo, que não se deve confundir com a capacidade, sem dúvida universal, de calcular. Submeter todas os comportamentos da existência à razão calculadora, como quer a economia, é romper com a lógica da *philia*, de que falava Aristóteles, quer dizer, da boa-fé, da confiança e da equidade, que deve reger as relações entre parentes e que repousa sobre o recalçamento ou, melhor, sobre a denegação do cálculo. Recusar o cálculo nas trocas entre familiares, é recusar obedecer ao princípio da economia como propensão e aptidão para economizar ou fazer economias (de esforços, de sacrifícios, e ainda de trabalho, de tempo, de dinheiro, etc.), em vez de dar sem contar, recusa que sem dúvida pode a prazo fomentar o atrofiamento das disposições de cálculo. É recusar sair de um mundo em que a família, e as trocas que nela têm de ter lugar, forneciam o modelo de todas as trocas, incluindo as que consideramos "económicas", para entrar num mundo em que a economia, doravante constituída como tal, com os seus princípios próprios (de cálculo, de lucro, etc.) pretende tornar-se o princípio de todas as práticas

¹¹ Max Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Sozial und Wirtschaftsgeschichte*, Tübingen, Mohr, 1924.

¹² Werner Sombart, *The Quintessence of Capitalism: A study of the History and Psychology of the Modern Business Man*, Londres, Unwin, 1915.

¹³ Richard Henry Tawney, *Religion and the Rise of Capitalism*, Londres, John Murray, 1926.

e de todas as trocas, inclusive no seio da família, para grande escândalo do pai cabila a quem o filho reclama um salário. Foi desta inversão do quadro de valores que nasceu a economia tal como a conhecemos, sendo que certos economistas mais ousados, como Gary Becker, o que fazem é levar até ao fim a respectiva lógica, de que o seu pensamento é o produto impensado, quando tratam de aplicar à família, ao casamento ou à arte, modelos construídos segundo o postulado da racionalidade calculadora¹⁴.

É claro que a aprendizagem da economia moderna não se reduz, como poderia julgar-se, à sua dimensão puramente técnica (que contudo não é negligenciável). Aderir à visão "utilitarista" é romper com toda uma arte de viver e, ao mesmo tempo, com todos aqueles que a partilham e que se sentem directamente visados por aquilo que tomam como uma renegação. É o que fica bem patente sempre que os que conseguem libertar-se da necessidade são chamados ao dever de solidariedade pelos membros da família. A pressão terrível, constante, que estes últimos exercem é sem dúvida um dos factores que tornam particularmente difíceis e arriscados os esforços de ascensão social (muitos emigrantes magrebins que vivem em França colocam o seu nome na lista vermelha dos assinantes de telefone para escaparem às solicitações¹⁵) e, de forma mais geral, a adaptação às exigências da economia moderna. É todo o grupo que, enquanto permanecer viva a economia da boa fé, impõe obrigações de honra que são perfeitamente incompatíveis com a lei fria do cálculo interessado.

Assim, tanto nas aldeias camponesas da Cabília, como nos reagrupamentos ou nos bairros de lata à volta de Argel, as relações entre os comerciantes e os seus clientes não têm a simplicidade e a transparência das trocas de supermercado ou mesmo das pequenas lojas que podem (e devem) pôr o aviso de que "a casa não vende a crédito". Paradoxalmente, o empréstimo pressupõe uma relação de confiança: não se pede a quem quer que seja; melhor, não se pede a não ser a alguém que se considere estar em condições de corresponder à expectativa, isto é, ser membro do grupo no interior do qual exista uma certa forma de solidariedade. E, mesmo no interior do grupo, ninguém se dirige a não ser a pares que estejam no direito e no dever de "reciprocitar", por exemplo, por ocasião da *twiza*¹⁶ das lavras, proprietários de parcelas de bois (e não jornalheiros que, se forem convidados, ou se vierem por sua iniciativa, têm de

¹⁴ Gary S. Becker, *The Economic Theory to Human Behavior*, Chicago, The University of Chicago Press, 1976; *A treatise on the family*, Cambridge, Harvard University Press.

¹⁵ Abdelmalek Sayad, *La double absence*, Paris, Seuil, 1999.

¹⁶ Nota da tradução: *Twiza* é um termo árabe para trabalho colectivo.

ser retribuídos). Do mesmo modo, não se pede crédito a não ser a quem se considere ter condições e estar obrigado a concedê-lo. O comerciante a quem se pede crédito sente-se no dever de o conceder, já que não ignora a prova extremamente dura a que foi submetida a honra de quem pediu, compelido, para acorrer às necessidades primordiais da família, a fazer uma diligência desonrante, para ele próprio, mas também para toda a sua família, que não conseguiu assegurar-lhe os recursos que permitissem evitá-la: «Não me desonres», «Cubro-me de desonra, não me desonres». Fora do quadro social em que a resposta é possível, a recusa não viola a lei da troca e a aceitação assume o significado de uma esmola, dom sem contra-dom que se estabelece entre desconhecidos, ou de um verdadeiro crédito, no sentido moderno do termo, que pressupõe a restituição, portanto as condições presumidas que a tornam possível.

É com esta forma altamente ambígua de relações, que caracteriza tão profundamente todos os comportamentos tradicionais de solidariedade, que a entrada no mundo urbano, e a economia económica, obriga a romper. Ruptura que supõe uma transformação muito profunda das disposições mais fundamentais, as que definem qualquer relação com o mundo económico, que é um mundo de necessidades e de aspirações, embora inextricavelmente entrelaçadas com deveres e princípios éticos, que se exprimem na linguagem da honra, da dívida, da dedicação, do reconhecimento, etc..

Tendo chamado deste modo a atenção para a imersão das coisas económicas no universo das crenças e dos valores últimos, os que têm relação com a ideia que cada homem (ou mulher) faz de si mesmo perante si mesmo e perante os outros, faltava analisar as variações das práticas e das estratégias económicas segundo as diferentes variáveis, nomeadamente económicas, e assim fazer notar que as disposições calculadoras em matéria de trabalho, de poupança, de alojamento, de fecundidade ou de educação estão ligadas, através da mediação das disposições em relação ao futuro, a condições económicas e sociais que são condições económicas e sociais de possibilidade e de impossibilidade. Abaixo de um certo limiar, definido (ou, melhor, identificado) por um certo nível económico e cultural, as disposições racionais não podem constituir-se e a incoerência é o princípio da organização, fundamentalmente desorganizada, até na relação com o tempo e o espaço, da existência dos sub-proletários. Em termos mais gerais, o acesso ao raciocínio económico esclarecido, no acto de compra, de empréstimo ou de aforro, tem condições económicas e culturais de possibilidade. Pude, com efeito, estabelecer empiricamente que, aquém de um certo limiar de segurança económica, assegura-

do pela estabilidade do emprego e a posse de um mínimo de rendimentos regulares, os agentes económicos não conseguem conceber nem realizar a maior parte dos comportamentos que implicam um esforço para dominar o futuro, como a gestão calculada no tempo dos recursos, a poupança, o recurso ao crédito ou o controle da fecundidade¹⁷. Quer isto dizer que há condições económicas e culturais de acesso ao comportamento que tende a considerar-se como normal em qualquer ser humano normalmente constituído ou, pior, como natural. Na ausência de uma interrogação, que no entanto é tipicamente económica, sobre tais condições, a ciência económica trata como um dado natural, como um dom universal da natureza, a disposição prospectiva e calculadora com respeito ao mundo e ao tempo, que se sabe ser produto de uma história colectiva e individual muito particular. Deste modo, ela condena tacitamente, no plano moral, aqueles que a ordem económica, cujos pressupostos regista, já condenou nos factos¹⁸.

Um economista espontâneo

Foi com um espanto admirativo que ouvi as opiniões deste cozinheiro cabila em Argel, no verão de 1962, no momento em acabava a análise dos dados estatísticos e das entrevistas que deviam servir de base ao meu livro *Travail et travailleurs en Algérie*. Este homem dotado de uma educação muito elementar dizia, com as suas palavras, francesas ou berberes – a propósito das coisas da tradição –, o essencial daquilo que eu tinha conseguido descobrir por outra via à custa de um longo trabalho de decifração: o novo sentido atribuído ao trabalho, com a descoberta do trabalho assalariado e a desvalorização correlativa das actividades agrícolas, a aquisição de novos hábitos temporais, a lógica económica das condutas aparentemente anti-económicas dos pequenos vendedores ambulantes, os efeitos importantes do trabalho assalariado sobre a esfera doméstica e as relações homens/mulheres, o laço entre as condições económicas e os etos económicos, populares, pequeno-burgueses e burgueses, a procura permanente de uma segurança material num universo

¹⁷ Bourdieu, *Algérie 60*, op. cit..

¹⁸ Condenação moral idêntica a esta, feita no idioma pseudo-técnico da "underclass" na América e da "exclusão" na Europa, é a que alimenta numerosas análises de aparência impecavelmente positivista sobre a sorte das fracções declinantes da classe operária nas sociedades avançadas cujas disposições desfasadas com as exigências da nova economia polarizada dos serviços repetem, em diferentes estádios de desenvolvimento, a experiência do sub-proletariado urbano de origem agrária ao longo do mundo colonial do Ocidente.

económico marcado por uma insegurança e uma imprevisibilidade submergentes, a intrincação complexa de estratégias matrimoniais, educativas e económicas, a dependência das aspirações, em matéria de educação das crianças nomeadamente, relativamente às possibilidades objectivas de ascensão social e da estrutura do capital a transmitir ou a adquirir, etc.

À maneira de um economista espontâneo, este cozinheiro propunha em algumas horas uma visão global, digna da discussão científica, de um universo sobre o qual ele tinha conseguido adoptar um ponto de vista ao mesmo tempo próximo e distante, devido à posição que ocupava no interior da sociedade colonial: posição simultaneamente central – ao contrário da grande maioria dos operários e dos empregados, ele via o mundo dos Europeus a partir do interior – e, não obstante, marginal, já que nunca tinha rompido os laços com todos os companheiros de infortúnio que encontrara no curso de uma existência picaresca.

A publicação da transcrição desta entrevista (gravada na casa de intermediários de confiança) permite ao leitor, quarenta anos mais tarde, captar o sentido prático económico orientador das acções e representações de um membro particularmente receptivo da classe operária argelina no momento da sua emergência no limiar da independência do país. Esta entrevista recapitula em termos biográficos muito vivos o processo de aquisição colectiva de um habitus económico pelo qual passaram estes argelinos da geração da guerra que dispunham de um mínimo necessário de capital económico e cultural para a ele aceder.

"Tentei trabalhar um pouco por todo o lado, a fazer fosse o que fosse"

Tinha treze anos quando fugi da minha aldeia e da família. Andava ainda na escola, o meu pai tinha partido para trabalhar em França. Estava portanto só. Estava-se em 1928. Um parente (o filho da irmã da minha mãe) que já tinha encontrado trabalho em Argel prometeu-me encontrar-me trabalho. Vim então com ele para Argel. Fui colocado como moço de recados numa casa de costura, de alta moda feminina. Davam-me 200 francos por mês, o passe e um fato (libré), de pano azul marinho, com um boné e as insígnias da casa. A casa pertencia a três irmãs, havia 23 operárias. Eu fazia as entregas dos vestidos. A primeira vez que entrei no hotel Aletti, nem queria acreditar no que via, eu vinha da montanha, era a primeira vez que via um grande hotel, que subia num elevador, que era recebido por um porteiro. Tinha que entregar um vestido de noite, tinha o nome da cliente, o número do seu

quarto, ela deu-me 100 francos de gorjeta, metade do meu salário mensal. Ganhava bastante bem, trabalhava-se durante a época alta: o verão, o outono, o inverno. A primavera, era a estação morta, as patroas iam à procura dos modelos da estação a Paris. Continuava a ganhar o meu salário e fazia qualquer coisa por fora... Eu enviava todo o meu dinheiro para casa. Enquanto lhes enviava dinheiro, a coisa corria bem, nunca queriam que ficasse na aldeia.

No início vivia em casa do meu primo com quem tinha vindo, depois estive a viver em casa de uma das operárias. Ela era muito simpática. Fazia horas extraordinárias, trabalhava por vezes até às 11 horas, meia-noite. De seguida eu acompanhava-a. O pai dela era padeiro. Fiz duas épocas na loja de costura. Eu começava a crescer, era um métier que eu não podia fazer constantemente, não se aprende nada a transportar vestidos. Eu queria qualquer coisa para o futuro. Entrei então para o padeiro. Era aprendiz à noite e fazia a volta de manhã. Partia às 7 horas com um cesto de pães, subia até ao quarto, quinto e sexto andares. Era mal pago; nesta época não se era pago como agora com dinheiro. Eu comecei a aprender o métier, mas não gostava. Gostava muito era de cinema. Estava no cinema o dia inteiro, gostava da vida moderna. À noite não dormia, não podia aguentar. Fiquei dois anos no padeiro.

Tentei, depois, trabalhar um pouco por todo o lado, a fazer fosse o que fosse. Em 1935, eu era lavador de pratos num restaurante. Pouco a pouco, ao ver fazer, e depois ao meter a mão na massa, aprendi a cozinhar. O meu primeiro patrão viu que aquilo me interessava e ajudou-me... Não passava de um pequeno restaurante, lá aprendi a fazer a cozinha corrente, ainda não era o métier. O métier, esse aprendi-o quando entrei para os grandes restaurantes onde funciona um batalhão de gente: um chefe cozinheiro, um maître d'hôtel, um chefe de linha, um chefe de entradas, um chefe de molhos, de assados, de legumes, de peixes, etc..

É um métier de que gosto muito mas que tem grandes inconvenientes. O horário: muito cedo de manhã, tarde à noite. Porque a clientela não é regular. Por exemplo, das 7 horas às 9 horas da noite, não há um só cliente e, às 22 horas, não se tem uma mesa. Trabalha-se à beira do lume, bebe-se excessivamente. Apanhei o hábito de beber com este métier. Depois deixei os restaurantes. Tinha trabalhado sobretudo no Casino de la Corniche. Quis ter os dois, fazer o meu métier e ser funcionário. Trabalhei na Maison-Blanche em AIA. Perdi o meu lugar depois da greve de 1957. Apesar de todas as promessas, nunca mais fui readmitido. Depois disto, aluguei um pequeno lugar por 1100 francos por mês. Vendia legumes. Torrei todo o meu dinheiro neste negó-

cio. Fechei-o e transformei este lugar em habitação. Desde há sete meses, estou com baixa por doença.

"Quando não se pode comprar uma sande, compram-se 10 francos de amendoins"

[...] Durante a guerra de 1942, também fui vendedor ambulante. Vendia blocos de gelo num carrinho. Saia-me bastante bem já que, nesta época, não havia corrente suficiente para fazer funcionar os frigoríficos. Não havia tantos frigoríficos como agora. Tínhamos geleiras.

É difícil sair-se bem neste métier; alguns conseguem fazer bons dias; outros ganham apenas para comer pouco. Os menos afortunados, aqueles que fazem isto para fazer qualquer coisa, são os vendedores de água colorida. Compram um corante e gelo e oferecem copos de água amarela, verde, rosa por 5 francos o copo ou 20 francos a garrafa. Também não ganham nada os vendedores de merguez¹⁹, de kebab²⁰. Não estou a falar dos vendedores bem instalados nos cafés: esses fazem dinheiro, 60 francos o kebab, 40 ou 50 francos a merguez, falo daqueles da Praça du Gouvernement. Esses fritam tripas, pulmões, quer dizer as partes que não se comem dos animais, que não se podem moer para os merguez. Também fritam sardinhas. Também são perseguidos pela polícia; o pouco que ganham, ganham-no com o pão. Eles compram o pão pequeno por 35 francos, talvez mesmo por 28 ou 30 francos, e revendem em seis pequenos pedaços a 10 francos o pedaço. Ultimamente, os CRS²¹, no seguimento de um artigo que saiu no Journal d'Alger, fizeram uma investida sobre eles. Estava-se no fim do mês, devia haver pessoas que estavam na fila para renovar os seus passes dos transportes públicos, eles ficaram com medo de ficar sujeitos ou de levar um encontrão, ou então ficaram mal dispostos com os vapores e os cheiros, e escreveram aquele artigo no Journal. O Journal publicou um artigo violento contra eles, com fotografias, a pedir que os condenassem e não somente que se lhes confiscassem os materiais. Falava de higiene, de indignidade, de vergonha para a cidade em dar um tal espectáculo. Tudo coisas que não têm sentido para nós e sobretudo para os interessados. No dia seguinte à investida dos CRS, eles eram tão numerosos como antes.

¹⁹ Nota da tradução: Merguez é uma palavra árabe que designa uma pequena salsicha com um sabor muito marcado pelas especiarias.

²⁰ Nota da tradução: Kebab é uma palavra árabe que significa cubos de carne de carneiro ou de boi assados no espeto.

²¹ Nota da tradução: CRS corresponde, aproximadamente, a um corpo de polícia de segurança pública.

Há os vendedores de legumes e de frutos que ganham, os vendedores de amendoins também. Porque, quando falta o dinheiro, o comércio que é afetado, em primeiro e mais, é o dos objectos e produtos não consumíveis, só depois a alimentação: primeiro a mais cara, a de luxo, depois, quando as coisas ficam muito más, os géneros de primeira necessidade: pão, sémola... É então que se vendem as quantidades mais pequenas, os produtos que não custam caro, as coisas que podemos comprar a 10 francos, 15 francos, sobretudo quando se tem fome. Quando não se tem nada para comer em casa, come-se por 150 francos num restaurante barato (gargote). Quando não se pode, come-se uma sande na Praça du Gouvernement por 60 francos, 80 francos. Quando não se pode, compra-se 10 francos de amendoins. Estes estão sempre certos de que vendem, eles compram os amendoins a 150 francos o quilo e revendem-nos a 500 francos.

"Isso depende do que se entende por trabalho"

Os vendedores de legumes também ganham, porque estão bem organizados. São todos da mesma região; Djidjelli, Taher, Collo, El-Milia. Isso conta para alguma coisa. No Mercado – vi isto quando vendia legumes –, todos os vendedores sem excepção são desta região. Há ali alguma trapaça. Estes vendedores dão a mercadoria por metade do preço a vendedores da terra deles que a levam e vendem na rua. Fazem isso quer por solidariedade quer porque ganham algum. O intermediário não está ao corrente de nada. É desta maneira que se assegura aos revendedores uma certa margem de lucro e isso permite-lhes vender os tomates a 40 francos quando um vendedor de legumes está obrigado a vendê-los a 75 francos e o merceiro ou o mozabite a 120 francos. Aliás, assim que eles conseguem estabelecer-se um pouco, eles têm a sua própria clientela, geralmente operários que vivem longe e vêm de propósito fazer as suas compras para toda a semana. É mais económico para eles.

É fácil, começa-se com nada. Com 500 francos compra-se um fato usado, umas calças, vai-se vendê-lo mais abaixo por 550 francos, 600 francos, 700 francos. Ganha-se sempre algum, 100 francos, 150 francos. E 100 francos é muito para alguém que não tem dois francos no bolso (não sei se já passou por isso). Quando tenho 1000 francos, 100 francos para mim é o preço de um café, compro o jornal por 100 francos, dou 100 francos a um miúdo que anda a pedir. Mas quando não tenho estes 100 francos, posso assegurar-lhe que arranjá-los é muito difícil, mais do que 1000 francos, mais do que 5000 fran-

cos, mais do que 10000 francos. E bom, para este homem também, é a mesma coisa. Quando ele só tem isso, 100 francos para ele é uma fortuna. Aquele a quem nunca faltou dinheiro nem sabe o que é, não chega a compreender.

Vi várias pessoas nessa situação. Na verdade, agora, há muitas, porque há muitos refugiados [das operações militares nos campos] que não têm trabalho e de quem se espera que mandem dinheiro. É o único meio que lhes resta. De uma maneira ou de outra entra-se sempre em relação com um comerciante que nos dá algumas mercadorias para lhe vender na praça. Isso permite ter algum lucro. Vi pessoas começar por vender para um padeiro um cesto de croissants e de brioches, outros um pouco de louça, outros alguns metros de tecido nos bairros populares nas soleiras das portas. Arranja-se sempre trabalho.

É claro, isso depende do que se entende por trabalho. Se trabalho quer dizer um métier, exercê-lo de um modo estável e viver de um modo correcto, isso não é para toda a gente e é uma outra coisa. Se trabalho quer dizer fazer qualquer coisa, fazer seja o que for para não ficar de braços cruzados, para ganhar a sua còdea, aí, só os preguiçosos é que não trabalham. Um homem digno que não quer viver às custas dos outros, mesmo se tiver de viver de expedientes, tem de trabalhar. Se não arranja nenhum trabalho, pode ainda vender na candonga. Muitos viram-se obrigados a fazer isso para viver, ainda que agora por nada do mundo façam outra coisa. Isso é mau porque aquilo que era uma necessidade no princípio torna-se numa forma de preguiça. [...]

Os Cabilas, esses, resolveram o problema: eles nem sequer procuravam trabalhar aqui, partiam directamente para França, sem experiência. Pessoalmente, conheci duas crises em que houve verdadeiro desemprego: 1936 e os acontecimentos recentes desde Dezembro. Nem sequer mencionei 1936, era a preparação da guerra. Mas a situação agora é grave por causa do enorme número de agricultores que está na cidade e que procuram trabalho. Estas pessoas começam a saber o que é o trabalho e a perceber que aquilo que faziam antes – cavar a terra – não era trabalho; por isso agora há muitos que reclamam trabalho e há cada vez menos trabalho.

"O funcionário público é rei"

[...] O que importa no trabalho é se ele é cansativo ou não. O trabalho menos cansativo, é sobretudo o dos funcionários públicos, as profissões liberais; e até, os médicos sofrem um grande cansaço moral. Mas o funcionário faz as suas oito horas, volta para casa, tem o seu salário fixo, é uma vida

assegurada. Depois desta categoria: os comerciantes. Quanto maior for o comércio, menos se cansam. Depois os artesãos que trabalham para eles próprios: é como os funcionários médios, os operários especializados, os técnicos. Depois destes vêm os operários. Os fellahs são como os grandes artesãos que geralmente não trabalham eles próprios, ou como os operários agrícolas quando são obrigados a trabalhar eles próprios. Mas os piores de todos, são os operários agrícolas trabalham muito, muito tempo e que não ganham nada. Entre nós, há duas expressões que dizem bem aquilo que significam, em primeiro lugar Aqabach (cavar fundo a terra: os operários agrícolas) e depois Albala dou ouabiouch ('la pelle et la pioche': a pá e a enxada, os serventes).

Agora, se houver escolha, toda a gente quer ser funcionário público. Não há nada melhor do que ser funcionário público, seja qual for a categoria. Quando tudo é de um nível igual, o melhor é ser funcionário público, a não ser, como no caso dos médicos, ser os dois ao mesmo tempo: um profissional liberal e um funcionário. Eles trabalham todos no hospital e têm o seu consultório; um funcionário, por mais alto que esteja, nunca ganha tanto como o mais baixo dos médicos. E de resto é o médico que tem mais prestígio. Mais do que o engenheiro por exemplo. De qualquer maneira, eu prefiro o médico, por uma questão de responsabilidade. [...] Engenheiro, médico, estas são boas profissões; advogado também... e, daí, não, os advogados estão todos no desemprego neste momento. Com as mesmas qualificações, mais vale ser magistrado: o magistrado é um funcionário público, o funcionário público é rei. Antigamente, o pior dos métiers era o de receptor de mensagens ou cobrador dos CFRA²². Era preciso ir da frente às traseiras dos autocarros, andar aos encontrões, controlar, por vezes discutir com os passageiros; agora que os cobradores da RSTA já são funcionários, são reis; estão melhor que os motoristas, têm bons salários, não se mexem dos seus lugares, já não têm motivo para discutir, há alguns que ganham mais de 100 000 francos por mês. O M., o empregado que nos está servir, com o abono de família, ganha 120 000 francos. Ele tem seis ou sete filhos - mas, pergunto, o que é que comem as nossas crianças? Elas custam dinheiro quando estão doentes ou quando é preciso vesti-las. [...]

O último dos funcionários públicos tem o seu carro e a sua casa com um empréstimo do governo. Repare, ninguém pensa que o M. seja mais instruído do que eu, e no entanto eu fui vendedor de legumes. Comi o meu dinheiro.

²² Nota da tradução: CFRA é a sigla correspondente aos transportes públicos de Argel.

Porque os mais infelizes são os pequenos comerciantes. Ganham muito menos do que os operários, comem mais frequentemente o seu dinheiro. Uma das leis do comércio é que é o dinheiro que dá dinheiro; actualmente, os nossos comerciantes não dispõem de grandes capitais, têm pouco dinheiro no início e é portanto inevitável que ganhem pouco. Dá-lhes só para viver e em comparação com os operários, têm mais preocupações: procura da clientela, aprovisionamento, cálculo e o medo constante de declarar falência, enquanto que, para o mesmo rendimento, o operário tem o seu dia de trabalho e fica livre de preocupações, sobretudo se for pago mensalmente como um funcionário público. Para o funcionário público, o trabalho é um capital, o que não acontece com o comerciante. Ao funcionário, o governo dá um empréstimo, por exemplo para a construção; um comerciante só pode ter empréstimo ou um adiantamento da parte do banco se for solvente, quer dizer se possuir bens imobiliários. O funcionário público tem tratamento médico do governo se estiver doente; o comerciante? Nada! Tudo isto para que vantagens? Pelo pretenso carácter liberal da profissão? Não é verdade. Uma profissão é liberal quando dá algo a um homem, quando lhe permite viver e todas as são a partir desse momento. Um comerciante que é livre de abrir e fechar a sua loja em teoria, quando tem de esperar pelo cliente, perde a liberdade que tem e nada lhe adianta ter uma liberdade de que não pode lucrar. Mesmo um médico não é tão livre quanto isso. Se for necessário, o médico também tem de ir a casa do doente à meia-noite, mas não há nenhuma comparação com o comerciante: o comerciante espera pelo cliente, enquanto que no caso do médico, é o cliente que vai procurá-lo.

"Não é porque podem andar todos os dias com uma camisa branca que eles são burgueses"

[...] A burguesia entre nós não existe. Gosta-se muito de ser burguês, mas não se é. Quantas são as fortunas entre os muçulmanos que se podem contar? Alguns nomes: Tchikene, Bensiam, Bellounich que negocia com madeira e gelo, Tamzali que negocia azeite, sabão, figos, Tiar que é um grande comerciante e industrial, Ben Turki, Mouhoub ben Ali, etc.. Estes são os maiores, os únicos burgueses! Repare que todas estas pessoas fizeram fortuna no comércio e indústria e se hoje têm casas, terras, compraram-nas. Não são portanto burgueses que possuem terras, rebanhos e homens a viver nas suas terras. Esta burguesia está totalmente ausente na Argélia; se existiu antes (as grandes tendas), agora está arruinada; perdeu as suas terras.

Tenho um livro, posso trazer-lho, onde há números. Não me lembro exatamente, mas não há 1/10, 1/40 e mesmo 1/100 de grandes proprietários de terra muçulmanos, e depois não se pode comparar um hectare de pedras na encosta de uma montanha que é necessário cavar, já que uma parelha de bois cairia, com um hectare numa planície com água, trabalhado com tractor. Burgueses proprietários de terras, quem é que temos? Pode citar-se Sayah, Bengana, Ben Ali Chérif. É sobretudo em Oran e Constantine que encontramos estes poucos proprietários muçulmanos ricos. Em Argel, o que temos é uma burguesia de comerciantes e de industriais. Devem ser novos ricos, já que o nosso provérbio "A fortuna vem de lavrar as terras ou da herança" não se lhes aplica. Eles não lavram e não podem herdar outra coisa pois a terra e o rebanho são as únicas riquezas de antigamente.

Quanto aos médicos, aos advogados, aos grandes comerciantes, estes não são propriamente burgueses, não é porque eles podem vestir todos os dias uma camisa branca, mudar de fato, viver numa casa, andar de carro, comer bem, gastar o que querem, que são burgueses. Ser burguês, é ter a profissão de burguês, quer dizer ter capitais que dão dinheiro, ou dirigir uma fábrica, ou ter uma empresa, ou ter acções no banco. O burguês tem dinheiro mas este dinheiro deve dar dinheiro e ajudar a dar trabalho aos outros. Um médico, um advogado, um alto funcionário, mesmo se têm dinheiro, não são burgueses. Haverá burgueses na Argélia quando houver fábricas, fortunas muito grandes, tipos que possuam barcos, aviões, caminhos-de-ferro... Os autocarros de agora não são suficientes. Quando digo burgueses, são sobretudo sociedades, "companhias". Uma coisa que mostra bem que os nossos burgueses não têm ainda o sentido dos negócios dos verdadeiros burgueses é que eles têm fortunas pessoais, não criaram nenhuma companhia, não estão organizados; pelo contrário, concorrem entre eles, rivalizam entre eles. Tentaram fazê-lo antes dos 'acontecimentos'; depois houve os acontecimentos, tiveram medo que os negócios não corressem bem, tiveram também medo de mostrar as fortunas porque há pedidos e invejas. [...]

"A moral que a fome ensina"

Agora, nos negócios, são os pequenos que perceberam, as pequenas fortunas agrupam-se agora (as que são menos de 10 milhões); mas é pena, são Cabilas, lançam-se nos cafês, depois nos hotéis e restaurantes, é o hábito. Quando se começa na restauração, mesmo ao nível de um pequeno restaurante barato (gargote), se se enriquece com isso, o que é que se pode fazer,

para além de abrir um restaurante maior? Ora, os Cabilas começaram assim: primeiro empregados de café, empregados de mesa em restaurantes. E depois, um filho de família em Argel não abre um restaurante para andar de volta dos tachos e servir comida, não venderia um prato; é um métier desprezado. É preciso ser um Cabila das montanhas para fazer isso, como é preciso ser um Negro de Biskra para andar a carregar água: frequentemente os pequenos enriquecem porque não têm a mentalidade dos 'filhos de família' ('fils à papa') e não têm medo de entrar nos negócios. É por isso que eles estão à frente; eles não dizem "Eu, eu sou filho de fulano ou de fulano ou o meu avô era fulano". Como os marabouts²³ de onde eu venho, vivem da mendicância, é uma vergonha. De qualquer maneira, agora acabou, ninguém lhes dá nada, diz-se-lhes: "O vosso antepassado era um santo, ele, está certo, merecia a nossa devoção, mas vocês, vocês são uns ladrões; se o vosso avô vos pudesse falar, ele condenar-vos-ia e diria 'ide trabalhar'. Tudo isto são preconceitos: não há 'sub'-métier. É necessário ser trabalhador e fazer pela vida e os pais, esquecê-los; eles levaram tudo com eles – a baraka²⁴, o nome, as qualidades e os defeitos". Isso os pequenos compreenderam perante a necessidade. É por isso que em muitas coisas, sobretudo neste momento com a guerra, os pequenos estão à frente dos antigos ricos das cidades. Estes pequenos decidiram ir para a frente, mandar tudo passear, desembaraçam-se das tradições enquanto que os ricos ainda se agarram a elas. Os pequenos só pedem para ser ajudados neste sentido e assim que dão o primeiro passo, vão até ao fim, sem olhar...

[...] Comecei a frequentar famílias argelinas que só juram pelo seu nome e pela sua origem, mesmo as mulheres casadas. Cá entre nós, elas enganam mais facilmente e mais frequentemente o seu marido do que as mulheres dos operários, já que com as jóias que têm, o dinheiro, as roupas finas, elas aborrecem-se mais do que aquelas que se ocupam dos filhos e do pequeno quarto que mantêm limpos. Neste momento, tenho uma relação com uma mulher deste meio; portanto, sei muita coisa sobre a mentalidade destas pessoas; está podre! A moral nos mais pequenos, é a moral do trabalho; aquela que a fome ensina; quando se tem fome há um monte de coisas em que não se pensa.

Dou um exemplo. Neste momento, pense nos filhos de um operário especializado que ganha correctamente a sua vida, tem um lugar estável, um métier seguro, pode vestir correctamente os seus filhos, por exemplo, um car-

²³ Nota da tradução: *Marabout* é uma palavra árabe que designa um santo religioso muçulmano.

²⁴ Nota da tradução: *Baraka* é uma palavra árabe para designar bênção.

teiro, um empregado de hospital, um cobrador da RSTA. Ora bem! As filhas desta gente vão à escola e se elas se saírem bem nos estudos, os pais farão tudo para as levar o mais longe possível, como os rapazes. Mesmo se a filha tem vinte anos, vinte e dois anos, o pai pensa somente na sua filha; sabe que quanto mais ela for instruída, melhor ganhará a vida, mais feliz será na sua casa dando a mão ao marido, marido que ela própria escolherá pois se ele aceita dar instrução à filha, ele sabe que esta filha tomará liberdades relativamente à sua autoridade de pai. O rico esse raciocina de outra maneira. Ele diz para si próprio, a felicidade da minha filha, fã-la-ei com o meu dinheiro, aquele que vier a casar com a minha filha vai querê-la pela fortuna que tenho, ele vai querê-la porque é minha filha, eu o senhor fulano. Mas eu não quero que a minha fortuna, portanto a minha filha, vá seja com quem for, é preciso que eu escolha o marido da minha filha. E para isso, a minha filha aos quinze anos tem de estar em casa, tem de usar o véu e que eu a vigie para a casar como entendo.

Estes pais preocupam-se com o seu dinheiro e não com os seus filhos. Em consequência, a filha do operário será professora, professora primária, enfermeira, talvez médica, ou simplesmente uma pequena empregada de escritório: e nós temos necessidade de tudo na Argélia; a filha do rico que está normalmente mais bem colocada para se instruir quase não saberá escrever uma carta com o certificado do ensino primário e será uma preguiçosa, a pedir para ser coberta de jóias, a engordar-se com bolos e a fazer filhos. Com trinta anos, já está velha porque casou com dezassete anos. Pesa 160 libras²⁵ porque come bem e não sai do sofá; quando vai ao banho de vapor, chama um táxi.

Esta é uma outra 'Argélia de meninos de família' ('Argélia à papa') de que nos temos de desembaraçar, como da outra. O futuro depende disto. Aquilo que pode salvar a Argélia, é dar a toda esta massa de infelizes que nada possuem, não podem ser nada para além de trabalhadores indiferenciados, a todos estes, é preciso dar-lhes um emprego estável tal como aqueles que não hesitam em enviar as filhas para o liceu, para a faculdade... Os pequenos ficam mais modernos, mais evoluídos do que os ricos.

²⁵ Nota da tradução: libra é uma unidade de massa que varia, consoante as regiões, entre 380 e 550 gramas.

"A vida moderna exige que toda a gente trabalhe: o marido, a mulher, as crianças também"

A instrução não pode fazer mal. Pelo contrário, "um filho de ninguém" não o é se for instruído; sem instrução, ele sê-lo-ia duas vezes mais. Digo isto porque durante muito tempo disse-se que a instrução é a perdição das raparigas. É assim! Mandá-la para a escola, ensinar-lhe Francês, é mostrar-lhe tudo o que se faz entre os Europeus, é tentá-la e dar-lhe o gosto e a possibilidade de escapar à autoridade dos pais, do marido, para o pior é claro. Eis o que se disse durante muito tempo e é a isso que se agarram os ricos com as filhas deles, mais preocupados que estão com quem vai herdar as suas riquezas.

Agora começa-se a dar conta que, ao contrário, a instrução é necessária na vida e que para além da instrução, há a educação, com a educação pode-se confiar na mulher, antigamente bastava ver uma mulher a falar com um homem para a condenar, vê-la sorrir. Agora falar com um homem, rir e sorrir não quer dizer dormir com ele. É porque havia ódio em nós que se atribuíamos às nossas mulheres sempre más intenções. Felizmente que tudo isso começa a desaparecer. É a guerra que o fez desaparecer. As mulheres que nunca tinham visto a rua viram-se face a militares, nos escritórios, nos mercados. Acabou, agora ninguém as pode condenar; pelo contrário, há lugar para as felicitar se elas conseguirem apoiar os maridos e as crianças. As raparigas não devem portanto ser excluídas da escolarização.

É preciso que a mulher trabalhe e que as jovens raparigas sejam educadas para trabalhar e não mais para viver em casa como antes, estamos no século do átomo, é preciso fazer a civilização entre nós. A capacidade para a mulher trabalhar depende da casa; é sempre necessário regressar aí. A mulher não pode trabalhar como o homem; o homem só tem isso para fazer, a mulher tem um lar, crianças. Não é preciso fazer dela um homem para o trabalho. Da maneira como a civilização está, a costura, os cuidados de saúde e outras profissões são para as mulheres.

É preciso desenvolver isso e depressa porque na Argélia, falta tudo, não temos nada (mesmo enfermeiras), precisamos de tudo, de A a Z. Actualmente? Nada – a vida moderna exige que toda a gente trabalhe e não como até agora, um trabalha, dez comem. O marido no trabalho, a mulher também, as crianças também, na escola, a aprender ou no trabalho (escritórios, oficinas, etc.). É preciso disciplina, respeitar as ordens do governo. É mesmo preciso uma ditadura para obrigar toda a gente a trabalhar. [...]

Tradução de José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira

Revisão de Patrick Bernaudeau

Résumé:

Pendant la guerre de libération nationale, l'Algérie offrait une situation quasi-expérimentale pour l'analyse de la discordance entre des dispositions économiques façonnées dans une économie pré-capitaliste, immergée en des rapports d'honneur groupal, et le cosmos économique importé et imposé par la colonisation. L'observation ethnographique de cette discordance a révélé que les conduites économiques les plus élémentaires (travail salarié, épargne, crédit, régulation des naissances, etc.) ne vont nullement de soi ; elles ont des conditions économiques et sociales de possibilité définies qu'ignorent la théorie économique et la « nouvelle sociologie économique ». La formation de l'esprit calculateur exigé par l'économie moderne met en jeu une vraie conversion à travers le refus des croyances incorporées qui sous-tendent l'échange dans la société Kabyle traditionnelle. L'« économie spontanée » d'un cuisinier d'Alger permet de saisir le sens pratique économique qui oriente la classe ouvrière algérienne émergente à l'aube de l'indépendance du pays.

Abstract:

Algeria during the war of national liberation offered a quasi-laboratory situation for analyzing the mismatch between the economic dispositions fashioned in a precapitalist economy and the rationalized economic cosmos imposed by colonization. Ethnographic observation of this mismatch, animated by a quasi-native familiarity with the workings of a peasant economy embedded in relations of group honor, revealed that, far from being axiomatic, the most elementary economic behaviors (working for a wage, saving, credit, birth control, etc.) have definite economic and social conditions of access which both economic theory and the New economic sociology ignore. Acquiring the spirit of calculation required by the modern economy entails a veritable conversion via the apostasy of the embodied beliefs and of the logic of *philia* that underpins exchange in traditional Kabyle society. The "folk economics" of a cook from Algiers allows us to grasp the practical economic sense guiding the emerging Algerian working class at the dawn of the country's independence by recapitulating in biographical terms the process of collective acquisition of a properly economic habitus undergone by the generation of Algerians uprooted from their rural hinterland by the market economy and the war.